

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	58
---	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	61
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.639.854	3.532.694	3.151.714
1.01	Ativo Circulante	234.764	277.070	221.830
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	89.442	127.577	95.492
1.01.03	Contas a Receber	127.739	124.609	114.868
1.01.03.01	Clientes	127.739	124.609	114.868
1.01.03.01.01	Contas a receber	7.932	6.811	5.851
1.01.03.01.02	Contas a receber com Partes relacionadas	119.807	117.798	109.017
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.493	5.546	141
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.493	5.546	141
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.910	6.039	5.429
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.180	13.299	5.900
1.01.08.03	Outros	5.180	13.299	5.900
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	453	8.572	1.173
1.02	Ativo Não Circulante	3.405.090	3.255.624	2.929.884
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.141.998	953.473	755.912
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	768	352	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.141.230	953.121	755.912
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e outras	4.075	3.418	1.436
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	1.025.623	883.236	752.781
1.02.01.09.05	Outros créditos	0	0	1.695
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	111.532	66.467	0
1.02.03	Imobilizado	111.743	119.374	125.013
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	96.047	100.710	108.891
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.696	18.664	16.122
1.02.04	Intangível	2.151.349	2.182.777	2.048.959
1.02.04.01	Intangíveis	2.151.349	2.182.777	2.048.959

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.639.854	3.532.694	3.151.714
2.01	Passivo Circulante	881.957	477.213	344.691
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.824	16.868	14.616
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.824	16.868	14.616
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	16.824	16.868	14.616
2.01.02	Fornecedores	29.076	28.987	43.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	28.253	28.797	43.854
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	823	190	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	92.252	129.232	186.438
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.295	120.526	177.097
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	71.783	113.437	130.463
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	11.512	7.089	7.977
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições parcelados	0	0	38.657
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	0	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.957	8.706	9.184
2.01.03.03.02	ISS a recolher	8.957	8.706	9.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	582.611	208.817	80.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.478	45.413	45.859
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.478	45.413	45.859
2.01.04.02	Debêntures	537.133	163.404	34.217
2.01.05	Outras Obrigações	121.693	72.299	17.872
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.370	15.523	13.064
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	17.370	15.523	13.064
2.01.05.02	Outros	104.323	56.776	4.808
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.843	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.575	2.519	2.375
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	4.666	2.853	2.433
2.01.05.02.07	Contas a pagar com operações de derivativos	77.239	51.404	0
2.01.06	Provisões	39.501	21.010	1.835

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.01.06.02	Outras Provisões	39.501	21.010	1.835
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	39.501	21.010	1.835
2.02	Passivo Não Circulante	2.050.307	2.468.696	2.136.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.581.607	2.007.339	1.623.227
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.577	52.682	97.797
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	7.577	52.682	97.797
2.02.01.02	Debêntures	1.574.030	1.954.657	1.525.430
2.02.02	Outras Obrigações	282.046	283.323	382.767
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	269.217	269.217	32
2.02.02.02	Outros	12.829	14.106	382.735
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	0	0	350.639
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	0	0	15.380
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	0	0	16.716
2.02.03	Tributos Diferidos	128.629	135.261	108.074
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128.629	135.261	108.074
2.02.04	Provisões	58.025	42.773	22.546
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	27.259	11.214	6.826
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	27.259	11.214	6.826
2.02.04.02	Outras Provisões	30.766	31.559	15.720
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	30.766	31.559	15.720
2.03	Patrimônio Líquido	707.590	586.785	670.409
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	460.840	340.035	423.659
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.399	196.685	197.309
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	214.091	94.000	177.000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.947.331	2.027.356	2.030.729
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.271	-722.744	-813.903
3.02.01	Custo de construção	-95.340	-215.239	-315.837
3.02.02	Provisão de manutenção	-32.670	-35.548	-30.078
3.02.03	Depreciação e amortização	-157.536	-127.341	-103.871
3.02.04	Custo da outorga	-186.971	-181.739	-189.637
3.02.05	Serviços	-72.439	-70.316	-81.179
3.02.06	Custo com pessoal	-63.988	-59.321	-59.778
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-16.474	-15.406	-13.635
3.02.08	Outros	-27.853	-17.834	-19.888
3.03	Resultado Bruto	1.294.060	1.304.612	1.216.826
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-124.343	-111.872	-103.613
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.642	-109.086	-103.011
3.04.02.01	Serviços	-52.517	-53.773	-47.225
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-21.277	-23.341	-19.880
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-797	-2.258	-2.810
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-4.595	-4.187	-3.163
3.04.02.05	Outros	-45.456	-25.527	-29.933
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.219	1.524	1.293
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-920	-4.310	-1.895
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.169.717	1.192.740	1.113.213
3.06	Resultado Financeiro	-308.439	-191.653	-117.086
3.06.01	Receitas Financeiras	220.865	133.688	52.132
3.06.02	Despesas Financeiras	-529.304	-325.341	-169.218
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	861.278	1.001.087	996.127
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-279.628	-331.711	-335.084
3.08.01	Corrente	-286.260	-304.524	-318.736
3.08.02	Diferido	6.632	-27.187	-16.348
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	581.650	669.376	661.043

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	581.650	669.376	661.043
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,32371	3,82501	3,77739
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,32371	3,82501	3,77739

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	581.650	669.376	661.043
4.03	Resultado Abrangente do Período	581.650	669.376	661.043

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	918.491	763.799	760.653
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.120.278	1.077.710	951.767
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	581.650	669.376	661.043
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.632	27.187	16.348
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas relacionadas à concessão	4.727	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	162.131	131.528	107.034
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	920	4.304	1.895
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	332.501	200.587	128.614
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	0	23.054	22.770
6.01.01.09	Juros sobre mútuos	36.267	5.917	0
6.01.01.11	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.720	768	-293
6.01.01.12	Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	19.337	8.345	7.636
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	32.670	35.548	30.078
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	5.602	2.641	823
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-10.597	-28.510	-17.381
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos e (fair value option)	-36.578	-7.762	-11.527
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-201.787	-313.911	-191.114
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	599	-1.728	1.115
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-2.425	-9.133	-11.925
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-947	-5.405	2.772
6.01.02.04	Despesas antecipadas e outras	7.591	-8.296	0
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-147.114	-135.182	-122.684
6.01.02.06	Outras contas a receber	0	0	1.307
6.01.02.07	Fornecedores	-6.736	30.144	-25.167
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	7.543	-17.039	-5.463
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-44	2.252	806
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e prov. IR/CS	281.154	-106.613	-2.684
6.01.02.11	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-318.134	-55.069	0
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	56	144	-1.974

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-20.574	-3.175	-21.392
6.01.02.14	Outras contas a pagar	536	-854	-3.773
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-3.292	-3.957	-2.052
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-112.956	-266.963	-279.127
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-21.333	-20.228	-20.215
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-91.623	-246.735	-258.912
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-843.670	-464.751	-426.934
6.03.04	Dividendos pagos	-441.002	-753.000	-595.000
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	0	537.320	440.883
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-165.805	-72.274	-151.818
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-197.266	-146.469	-118.545
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	-4.020	-30.328	-2.454
6.03.09	Pagamento de mutuos com partes relacionadas	-35.577	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-38.135	32.085	54.592
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.577	95.492	40.900
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	89.442	127.577	95.492

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-163.250	-94.000	0	-257.250
5.04.06	Dividendos	0	0	-163.250	-94.000	0	-257.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	581.650	0	581.650
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	581.650	0	581.650
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	163.964	-367.559	0	-203.595
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	163.964	-163.964	0	0
5.06.04	Juros sobre o capital próprio	0	0	0	-23.345	0	-23.345
5.06.05	Dividendos antecipados	0	0	0	-180.250	0	-180.250
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.749	214.091	0	707.590

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-197.309	-177.000	0	-374.309
5.04.06	Dividendos	0	0	-197.309	-177.000	0	-374.309
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	669.376	0	669.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	669.376	0	669.376
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	196.685	-575.376	0	-378.691
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	196.685	-196.685	0	0
5.06.04	Dividendos antecipados	0	0	0	-378.691	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.035	94.000	0	586.785

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	661.043	0	661.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	661.043	0	661.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.01	Receitas	2.111.265	2.213.229	2.192.661
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.076.743	2.156.356	2.150.692
7.01.02	Outras Receitas	34.522	56.873	41.969
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-341.574	-443.998	-539.182
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-114.044	-100.942	-112.794
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-99.520	-92.269	-80.473
7.02.04	Outros	-128.010	-250.787	-345.915
7.02.04.01	Custo de construção	-95.340	-215.239	-315.837
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-32.670	-35.548	-30.078
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.769.691	1.769.231	1.653.479
7.04	Retenções	-162.131	-131.528	-107.034
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-162.131	-131.528	-107.034
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.607.560	1.637.703	1.546.445
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	220.865	133.688	52.132
7.06.02	Receitas Financeiras	220.865	133.688	52.132
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.828.425	1.771.391	1.598.577
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.828.425	1.771.391	1.598.577
7.08.01	Pessoal	74.563	72.781	70.213
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.654	49.497	50.476
7.08.01.02	Benefícios	20.502	18.736	15.403
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.832	2.739	2.659
7.08.01.04	Outros	1.575	1.809	1.675
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	445.006	494.659	490.688
7.08.02.01	Federais	344.513	396.024	397.489
7.08.02.02	Estaduais	241	239	166
7.08.02.03	Municipais	100.252	98.396	93.033
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	727.206	534.575	376.633
7.08.03.01	Juros	538.871	351.642	185.343
7.08.03.02	Aluguéis	1.364	1.194	1.653

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.03.03	Outras	186.971	181.739	189.637
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	581.650	669.376	661.043
7.08.04.02	Dividendos	180.250	378.691	464.388
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	401.400	290.685	196.655

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### 1. Sobre a Companhia

##### 1.1 Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas., o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR AutoBAn S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

##### 1.2 Apresentação

A AutoBAn S.A. (CCR AutoBAn ou Companhia) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

A Concessão do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, foi outorgada em 1998. O sistema é composto pelas Rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Adalberto Panzan e Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto e cobre atualmente um trecho de 316,8 quilômetros. Em 2010 a Companhia passou a administrar as pistas da marginal do rio Tiête em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção do trecho entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). A Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno e Couto liga as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes na região de Jundiaí e a Rodovia Adalberto Panzan na região de Campinas.

As rodovias da Companhia localizam-se em regiões estratégicas e economicamente desenvolvidas no Estado de São Paulo, onde 23,03% de todos os veículos do país estão concentrados, de acordo com informação publicada pelo Departamento Nacional de Trânsito (“DENATRAN”) em dezembro de 2015, e onde aproximadamente 18% do PIB brasileiro é gerado, calculado de acordo com informações publicadas pelo IBGE em 2010.

Além disso, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, juntamente com outras rodovias, liga os maiores centros urbanos, bem como outras importantes regiões do Estado de São Paulo ao Porto de Santos, configurando rota de escoamento natural das exportações brasileiras. O Sistema Anhanguera-Bandeirantes é um instrumento importante na economia e na integração dos municípios da região.

O Sistema Anhanguera-Bandeirantes possui oito praças de pedágio, treze bases de atendimento ao usuário, sete estações de pesagem e um CCO (Centro de Controle Operacional). O sistema de monitoramento de tráfego é operado com 98 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras ópticas ao CCO, cobrindo 96% do sistema rodoviário. No CCO existe uma posição exclusiva para uso da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a qual opera 24 horas, de onde é possível acionar com maior rapidez os recursos externos e bases da Polícia Militar Rodoviária (PMRV), a CETESB, a Defesa Civil e os Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

Durante os últimos 17 anos a CCR AutoBAn vem desenvolvendo diversos trabalhos a exemplo dos serviços de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes, o que possibilitou a redução de 32,4% no índice de acidentes e 17,6% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes foi reduzido em 76,7% considerando-se a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período, atingindo o menor índice desde o início da Concessão.

O Serviço de Atendimento ao Usuário atua 24 horas por dia, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários e fluidez do tráfego. Em 2015, o Centro de Controle Operacional (CCO), registrou 227.968 atendimentos. Foram realizados 103.437 atendimentos pelos guinchos, 16.607

## Relatório da Administração

pelos resgates, 98.366 pelos veículos de inspeção de tráfego. Atendimentos realizados por outros veículos (caminhão munck, apreensão de animal e irrigadeira) totalizaram 9.558.

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em média em 8 minutos e 16 segundos, e o guincho, em 17 minutos e 42 segundos (em 85% dos casos).

Em atendimento ao contrato de concessão, a concessionária fornece veículos de patrulhamento à polícia rodoviária e demais subsídios necessários à operação dentro da área de atuação da concessão.

O prazo original da concessão de 20 anos, até 30 de abril de 2018, por outorga do Estado de São Paulo, representado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (“DER/SP”), foi alterado no dia 20 de dezembro de 2006, através de Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, pelo qual se reequilibrou a equação econômico-financeira da concessão, estendendo-se o prazo de concessão em 104 meses, com nova data de término em primeiro de janeiro de 2027, em razão dos impactos decorrentes de diversos fatores: tributos, escalonamento do reajuste de 2003 e readequações dos cronogramas de investimentos.

### 1.3 Destaques do Ano de 2015

Dividendos:

- No dia 16 de abril de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição complementar de dividendos intermediários relativos ao ano de 2014, proposto pela Administração da Companhia, no valor de R\$ 94.000 mil distribuídos em 29 de abril de 2015.
- No dia 29 de abril de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes a reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 65.250 mil, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de abril de 2015.
- No dia 29 de maio de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes à reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 98.000 mil, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do dia 28 de maio de 2015.
- No dia 28 de outubro de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2015, no valor de R\$ 180.250 mil, conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do dia 27 de outubro de 2015.
- No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 23.345 mil, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Destaque operacional:

- Em 2015 a Companhia atingiu o menor índice de acidentes e de mortos da Concessão. O primeiro índice considera o número de dias do período, a quantidade de acidentes, o VDM (volume diário médio de veículos), e a extensão do trecho, enquanto o segundo, número de dias do período, o número de vítimas fatais, o VDM e a extensão do trecho.

## Relatório da Administração

### 2. Estratégia e Gestão

#### 2.1 Governança Corporativa

##### Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela legislação aplicável e de acordo com seu Estatuto Social. O Conselho de Administração é, atualmente, composto por oito membros efetivos, residentes no país.

Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, são eleitos pelos seus acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros do Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, da Companhia.

##### Diretoria Executiva

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo Conselho de Administração para um prazo de mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, a Diretoria é composta por dois membros, sendo um deles Diretor Presidente e o outro Diretor de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia é exercido pelo Sr. Mauricio Soares Vasconcellos. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Av. Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, Jundiaí, Estado de São Paulo e no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/autoban](http://www.grupoccr.com.br/autoban). O Sr. Maurício Soares Vasconcellos pode ser contatado no telefone (11) 4589-4004 ou pelo e-mail [cvm.autoban@grupoccr.com.br](mailto:cvm.autoban@grupoccr.com.br).

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

#### 2.2 Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

### 3. Desempenho Econômico e Financeiro

#### 3.1 Mercado

A Companhia administra um sistema de rodovias que percorre a região sudeste do país, uma das regiões mais importantes economicamente do Brasil e interliga a cidade de São Paulo com o interior do Estado de São Paulo, incluindo a cidade de Campinas, conectando em conjunto com outras rodovias, grandes centros urbanos no interior do Estado de São Paulo e áreas adjacentes, assim como outras regiões importantes do Estado com o porto de Santos, facilitando o fluxo natural de exportações brasileiras. A Companhia acredita que este sistema é um elemento importante para a economia do Estado de São Paulo, estando sujeita às condições econômicas e políticas da região e do país.

**Relatório da Administração****3.2 Desempenho**

<b>Em R\$ mil</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>1.947.331</b>	<b>2.027.356</b>	<b>-3,95%</b>
Receita de pedágio	1.981.403	1.941.117	2,08%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	95.340	215.239	-55,71%
Outras receitas	23.925	28.363	-15,65%
(-) Deduções da receita bruta	153.337	157.363	-2,56%
<b>(-) Custos e despesas (a)</b>	<b>777.614</b>	<b>834.613</b>	<b>-6,83%</b>
Custos de construção (ICPC 01 R1)	95.340	215.239	-55,71%
Demais custos e despesas	682.274	619.374	10,16%
(-) Resultado financeiro líquido	308.439	191.653	60,94%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	279.628	331.714	-15,70%
<b>Lucro líquido</b>	<b>581.650</b>	<b>669.376</b>	<b>-13,11%</b>
(+) Resultado financeiro líquido	308.439	191.653	60,94%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	279.628	331.714	-15,70%
<b>EBIT (b)</b>	<b>1.169.717</b>	<b>1.192.743</b>	<b>-1,93%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>60,07%</b>	<b>58,83%</b>	<b>1,2 p.p.</b>
<b>Margem EBIT ajustada (c)</b>	<b>63,16%</b>	<b>65,82%</b>	<b>-2,7 p.p.</b>
(+) Depreciação/amortização	162.131	131.528	23,27%
<b>EBITDA (b)</b>	<b>1.331.848</b>	<b>1.324.271</b>	<b>0,57%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>68,39%</b>	<b>65,32%</b>	<b>3,1 p.p.</b>
(+) Provisão de manutenção (d)	32.670	35.548	-8,10%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	4.727	4.727	0,00%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.369.245</b>	<b>1.364.546</b>	<b>0,34%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (f)</b>	<b>73,93%</b>	<b>75,30%</b>	<b>-1,4 p.p.</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.164.218</b>	<b>2.216.156</b>	<b>-2,34%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>113.395</b>	<b>235.501</b>	<b>-51,85%</b>
<b>Veículos equivalentes (em milhares)</b>	<b>275.353</b>	<b>281.774</b>	<b>-2,28%</b>

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.

(b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

(d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.

(f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

## Relatório da Administração

### 3.2.1 Receita operacional consolidada

A receita de pedágio em 2015 totalizou R\$ 1.981.403 mil (+ 2,08% sobre 2014) e representou 98,81% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 4,1097%.

### 3.2.2 Custos totais

Os custos totais apresentaram uma redução de 6,83% em relação a 2014, perfazendo R\$ 777.614 mil no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 95.340 mil. A redução de 55,71% em relação a 2014 decorreu do menor investimento conforme o cronograma de investimentos de cada ano.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 32.670 mil e apresentou uma redução de 8,10% em 2015, em relação ao ano de 2014. Durante o exercício de 2015 foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção.
- Os custos de depreciação e amortização somaram R\$ 162.131 mil no ano de 2015. O crescimento de 23,27% decorre, substancialmente, dos investimentos que entraram em operação.
- O Custo de Outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 186.971 mil. O crescimento de 2,88% deveu-se à atualização pelo IGP-M de 4,1097% no segundo semestre.
- O custo dos serviços totalizou R\$ 124.956 mil no ano de 2015, um crescimento de 0,70%.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 85.265 mil no ano de 2015, registrando um aumento de 3,15%. Esse aumento deveu-se principalmente ao dissídio de 7%, ocorrido em março de 2015.
- O grupo outros custos apresentou crescimento de 48,43% e atingindo R\$ 90.580 mil no ano de 2015. A variação ocorreu principalmente em razão da elevação dos custos com energia elétrica, seguros da rodovia, campanhas publicitárias e provisão para contingência jurídica.

### 3.2.3 Resultado financeiro

No ano de 2015, as operações financeiras da Companhia geraram um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 308.439 mil, comparado a um resultado negativo de R\$ 191.653 mil em 2014. O incremento de 60,94% ocorreu, substancialmente, pelo lançamento de debêntures da Companhia em outubro de 2014, no montante de R\$ 545.000 mil e pela elevação da taxa de juros.

### 3.2.4 Lucro Líquido

Em 2015, o lucro líquido atingiu R\$ 581.650 mil, apresentando uma redução de 13,11% em relação a 2014.

### 3.2.5 Dívida

Em 2015, a dívida líquida alcançou R\$ 2.164.218 mil em comparação a R\$ 2.216.156 mil em 2014, em moeda local, sendo 73,08% do montante com vencimento em longo prazo.

### 3.2.6 Investimentos

No acumulado do ano de 2015, os investimentos somaram R\$ 113.395 mil.

Entre diversas obras e melhorias, destacam-se:

## Relatório da Administração

- SP330 - Implantação de 3ª faixa Km 120+000 ao 147+000
- SP330 - Implantação de Marginais Km 110+000 ao 120+000
- SP348 - Implantação de 5ª faixa Km 16+000 ao 47+000
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 18+000 ao km 25+000
- SP348 - Recuperação de pavimento
- SP330 - Implantação de 3ª faixa Km 101+000 ao 102+170
- Projeto do Complexo Jundiá
- Implantação de Dispositivos de Segurança

### 4. Sustentabilidade

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, O Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração do Grupo CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A estratégia do Grupo CCR em 2015 está voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos dois anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

Seguindo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo CCR elabora seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa a estratégia, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de relacionamento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

## Relatório da Administração

### 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - *Stakeholders*

Como exemplo de projetos sociais realizados pela Companhia, o Programa Estrada para a Cidadania é desenvolvido nos municípios de Americana, Caieiras, Cajamar, Cordeirópolis, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itupeva, Hortolândia, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Várzea Paulista e Vinhedo. O programa atendeu no último ano mais de 38 mil alunos de 4º e 5º anos, além de cerca de 1400 professores do ensino fundamental das escolas municipais tendo como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formação de pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora das salas de aulas, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

Outro programa de destaque é o Estrada para a Saúde. A Companhia, atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar de sua saúde e aos riscos de acidentes, lançou o programa em agosto de 2006, que oferece atendimentos gratuitos aos caminhoneiros, que podem realizar exames de tipagem sanguínea, fator Rh, glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo, massagem bioenergética e cuidados com os pés (podologia).

Em 2015, o projeto atendeu mais de 16 mil caminhoneiros e tem parceria com a Rede Graal e Interodonto.

É possível conhecer mais sobre os projetos socioambientais da CCR AutoBAn e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico [www.grupoccr.com.br/sustentabilidade](http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade).

### 4.1.2 Capital Humano e Intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2015 ocorreram diversos treinamentos, destacando-se: Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL); Programa de Travessia; e Programa Desenvolver para preparação de novos líderes da Operação; Aprimorando e Programa de Integridade e Conformidade (Compliance). Além da disseminação da Visão, Valores e Crenças do Grupo CCR, promovendo melhorias no atendimento aos usuários.

A Companhia realizou o 8º Programa de Formação de Profissionais – Trainee, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento dos colaboradores como parte de seu crescimento qualificado.

Buscando incluir e desenvolver pessoas com deficiência, a CCR AutoBAn possui Programa de Inclusão que conta com diversas ações de capacitação e aproveitamento profissional, além de palestras de sensibilização e conscientização dos colaboradores em relação à inclusão.

## 4.2 Desempenho Ambiental

### 4.2.1 Capital Natural

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco na melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando ao uso e consumo sustentável de recursos naturais renováveis.

Durante 2015 houve redução do consumo de água. Entre as ações realizadas estão a utilização de reuso de água na sede da Companhia, nas bases SAU e nos caminhões-pipa, lavagem a seco dos veículos da frota administrativa, revitalização dos poços artesianos e a implantação de captação de água de chuva.

## Relatório da Administração

A Companhia também atingiu sua meta em relação ao consumo de combustíveis fósseis, chegando à redução de 5% em relação a 2013.

Quanto aos recursos energéticos, durante 2015 a CCR AutoBAn investiu em novas tecnologias para a redução do consumo de energia elétrica. Entre as ações estão: substituição de lâmpadas incandescentes por LED, implantação de novo sistema de ar condicionado com mais eficiência e utilização de energia solar em equipamentos operacionais.

Em relação à gestão de resíduos sólidos, a Companhia manipula, armazena, trata, destina e realiza logística reversa, quando aplicável, dos resíduos que gera.

### 4.2.2 Capital Manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

Na Rodovia dos Bandeirantes, a reconstrução do pavimento contemplou o reaproveitamento dos materiais retirados, que foram reciclados, e também revestimento asfáltico com borracha de mais de 450 mil pneus usados, que seriam descartados. Além da vantagem de caráter socioambiental, o asfalto borracha é mais durável e gera menos ruído quando da passagem dos veículos pela rodovia, e maior aderência aos pneus, proporcionando conforto e segurança aos usuários.

Além da reciclagem e do asfalto borracha, a Companhia utilizou asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40°C. Esse processo inovador desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) gera benefícios ambientais, como a redução das emissões de poluentes e do consumo de combustíveis; construtivos; e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, proporcionando também a geração de Capital Intelectual, Natural e Humano.

### 4.3 Reconhecimentos e Prêmios

- Rodovia dos Bandeirantes – “Melhor Rodovia do País” pelo Guia 4 Rodas, pelo 10º ano consecutivo;
- “Melhor Concessionária”, conquistado pela 10ª vez, conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
- Rodovia dos Bandeirantes - 1º lugar no Prêmio da Confederação Nacional dos Transportes, pelo 7º ano;
- Prêmio “Marcas de Sucesso” – Correio Popular, pelo 11º ano;
- Melhor Concessionária de Rodovias, Prêmio Maiores e Melhores do Transporte e Logística, da Editora OTM, pela 5ª vez;
- Prêmio ARTESP Concessionária do Ano na categoria “Escolha do usuário”

## 5. Considerações Finais

### 5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR AutoBAn.

## Relatório da Administração

### 5.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### 5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Jundiaí, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 1º de janeiro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (a)
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
  - Recuperação do trevo do km 62. (a)
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

### *Outras informações relevantes*

#### **(i) Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)**

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014. O processo encontra-se em fase de instrução.

#### **(ii) Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela CCR AutoBAN, solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012 a CCR AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou Embargos de Declaração que foram rejeitados pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015, que aguarda despacho determinando a intimação do Estado de São Paulo e da ARTESP para a apresentação de contrarrazões. Somente após a apresentação das contrarrazões, o recurso de apelação será enviado para o Tribunal de Justiça para posterior julgamento.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento.

## Notas Explicativas

### (iii) Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs Ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAN, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAN foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP. Em junho de 2015 o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

### (iv) Reajustes de tarifas de pedágio – Concessões do Estado de São Paulo

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

### Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## 2. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Notas Explicativas

### *a) Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### *b) Receitas de Serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### *c) Instrumentos financeiros*

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um

## Notas Explicativas

passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa.

### Contabilidade de hedge (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de hedge relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como hedge de valor justo ou hedge de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

*Hedge* de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

## Notas Explicativas

### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

## Notas Explicativas

### g) Ativo intangível

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “q”.

### h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

### i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## Notas Explicativas

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### *j) Provisão de manutenção - contratos de concessão*

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente a disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

### *k) Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### *l) Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

### *m) Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

## Notas Explicativas

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### *n) Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

### *o) Resultado por ação*

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

## Notas Explicativas

### *p) Direito da concessão*

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### *q) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### *r) Demonstrações do valor adicionado*

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### s) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia, nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;  
 (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

### 3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/14, em conversão à MP nº 627/13, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

#### *Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

## Notas Explicativas

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

### Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários
17	Provisão de manutenção
21	Instrumentos financeiros

#### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

#### Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

## Notas Explicativas

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

#### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

#### c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

**Notas Explicativas**

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 3 anos</b>
Financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	45.491	7.577	-
Debêntures (a)	541.429	518.601	1.063.483

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 647.193, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<u><b>2015</b></u>	<u><b>2014</b></u>
Caixa e bancos	7.941	6.070
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	81.501	121.507
	<u>89.442</u>	<u>127.577</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

**7. Contas a receber**

	<u><b>2015</b></u>	<u><b>2014</b></u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.890	3.332
Pedágio eletrônico – outros (b)	6.427	5.584
	8.317	8.916
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(385)	(2.105)
	<u>7.932</u>	<u>6.811</u>

**Idade de Vencimentos dos Títulos**

	<u><b>2015</b></u>	<u><b>2014</b></u>
Créditos a vencer	7.517	6.569
Créditos vencidos até 60 dias	338	194
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	77	48
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	96	111
Créditos vencidos há mais de 181 dias	289	1.994
	<u>8.317</u>	<u>8.916</u>

(a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

(b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas a concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;

## Notas Explicativas

(c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda de cada negócio da Companhia.

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	861.278	1.001.087
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(292.835)	(340.370)
<b>Efeito tributário das adições e exclusões permanentes</b>		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(381)	194
Despesas com brindes e associações de classe	(248)	(238)
Despesas indedutíveis	(2.525)	(3.344)
Juros sobre capital próprio	7.937	-
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	8.400	9.156
Outros ajustes tributários	24	2.891
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(279.628)</u>	<u>(331.711)</u>
Impostos correntes	(286.260)	(304.524)
Impostos diferidos	6.632	(27.187)
	<u>(279.628)</u>	<u>(331.711)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u>32,47%</u>	<u>33,14%</u>

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Bases ativas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	121.168	123.651
Valor justo de operações com derivativos	79.756	35.774
Perdas em operações com derivativos	2.122	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	9.268	3.812
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131	716
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.579	1.756
Outros	5.628	3.375
	<u>219.652</u>	<u>169.084</u>
<b>Bases passivas</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(233.053)	(248.998)
Valor justo de operações com derivativos	(92.462)	(39.122)
Ganho nas operações de derivativos	(20.923)	(14.356)
Outros	(1.843)	(1.869)
	<u>(348.281)</u>	<u>(304.345)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(128.629)</u>	<u>(135.261)</u>

## Notas Explicativas

- (a) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)	
	2015	2014
Circulante	4.727	4.727

  

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Não Circulante	47.269	51.997	978.354	831.239	1.025.623	883.236

- (1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados, que foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo das concessões.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Ativo	Passivo	
					Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
<b>Controladora</b>							
CCR (a)	21.771	-	-	-	10	-	1.717
<b>Outras partes relacionadas</b>							
CPC (b)	30.354	-	1.389	-	285	-	3.259
RodoAnel Oeste (d)	-	-	-	36.267	-	275.824	-
RodoNorte (c)	-	-	-	-	-	-	1
Serveng Civilsan (e)	-	6.577	-	-	-	-	5.786
Samm (f)	-	-	965	-	1.688	-	-
Oi Móvel S.A	-	-	61	-	5	-	-
STP / CGMP / SGMP (g)	-	-	-	-	118.587	-	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2015					119.807	6.607	10.763
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015					768	269.217	-
Total, 31 de dezembro de 2015	52.125	6.577	2.415	36.267	120.575	275.824	10.763
Total, 31 de dezembro de 2014	52.268	25.149	2.337	5.917	118.150	275.134	9.606

**Notas Explicativas****Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado) (*)
<b>Remuneração: (h)</b>		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.088	1.846
Outros benefícios:		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.073	798
Complemento de PPR pago no ano	563	945
Previdência privada	118	198
Seguro de vida	5	5
	<u>3.847</u>	<u>3.792</u>

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 4.100, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores (h)	1.257	992

(\*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social e FGTS, para melhor apresentação.

(a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês.

(b) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;

(c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

(d) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal;

(e) Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016;

(f) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M.

**Notas Explicativas**

- (g) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (h) Contempla valor total a pagar referente à remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

**11. Ativo Imobilizado****Movimentação do custo**

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.121	16	(56)	8	3.089
Máquinas e equipamentos	37.640	-	(871)	12.569	49.338
Veículos	16.417	-	(3.340)	3.565	16.642
Equipamentos operacionais	128.525	-	(235)	7.078	135.368
Imobilizações em andamento	18.664	23.048	-	(26.016)	15.696
	<u>204.367</u>	<u>23.064</u>	<u>(4.502)</u>	<u>(2.796)</u>	<u>220.133</u>

  

	2013		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.741	83	(1.709)	6	3.121
Máquinas e equipamentos	35.751	83	(8.512)	10.318	37.640
Veículos	17.542	2	(6.293)	5.166	16.417
Equipamentos operacionais	160.184	-	(36.511)	4.852	128.525
Imobilizações em andamento	16.122	21.682	-	(19.140)	18.664
	<u>234.340</u>	<u>21.850</u>	<u>(53.025)</u>	<u>1.202</u>	<u>204.367</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.731 em 2015 (R\$ 1.622 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 8,42% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,64% a.a. em 2014.

**Movimentação da depreciação**

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.313)	(245)	40	-	(1.518)
Máquinas e equipamentos	14	(15.033)	(4.685)	695	456	(18.567)
Veículos	23	(7.818)	(3.207)	2.711	-	(8.314)
Equipamentos operacionais	19	(60.829)	(18.799)	136	(499)	(79.991)
		<u>(84.993)</u>	<u>(26.936)</u>	<u>3.582</u>	<u>(43)</u>	<u>(108.390)</u>

## Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2014		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	12	(2.469)	(287)	1.443	-	(1.313)
Máquinas e equipamentos	14	(18.230)	(3.796)	7.688	(695)	(15.033)
Veículos	23	(11.442)	(1.881)	5.505	-	(7.818)
Equipamentos operacionais	16	(77.186)	(17.728)	34.085	-	(60.829)
		<u>(109.327)</u>	<u>(23.692)</u>	<u>48.721</u>	<u>(695)</u>	<u>(84.993)</u>

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

## 12. Ativos Intangíveis

### Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	2.890.180	100.928	-	(67)	2.991.041
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.604	-	(23)	2.863	11.444
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.266	-	-	-	5.266
	<u>2.904.050</u>	<u>100.928</u>	<u>(23)</u>	<u>2.796</u>	<u>3.007.751</u>
		2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Direitos de exploração da infraestrutura	2.649.545	242.161	(1.526)	2.890.180	
Direitos de uso de sistemas informatizados	8.344	-	260	8.604	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.202	-	64	5.266	
	<u>2.663.091</u>	<u>242.161</u>	<u>(1.202)</u>	<u>2.904.050</u>	

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(711.723)	(133.054)	-	43	(844.734)
Direitos de uso de sistemas informatizados	23	(5.843)	(1.444)	23	-	(7.264)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(3.707)	(697)	-	-	(4.404)
		<u>(721.273)</u>	<u>(135.195)</u>	<u>23</u>	<u>43</u>	<u>(856.402)</u>
		2013		2014		
	Taxa média anual de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo inicial	
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(606.531)	(105.888)	696	(711.723)	
Direitos de uso de sistemas informatizados	24	(4.585)	(1.257)	(1)	(5.843)	
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(3.016)	(691)	-	(3.707)	
		<u>(614.132)</u>	<u>(107.836)</u>	<u>695</u>	<u>(721.273)</u>	

(a) Reclassificação do ativo intangível para o ativo imobilizado

## Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.866 em 2015 (R\$ 26.888 em 2014). A taxa média de capitalização no exercício de 2015 foi de 8,42% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,64% a.a. em 2014.

### 13. Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento Final	2015	2014
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	13	Fevereiro de 2017	48.397	89.500 (b)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	4.565	8.444 (b)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	93	151 (c)
<b>Total em moeda nacional</b>						<b>53.055</b>	<b>98.095</b>
<b>Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						45.491	45.445
Custos de transação						(13)	(32)
						<b>45.478</b>	<b>45.413</b>
<b>Não Circulante</b>							
Financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						7.577	52.695
Custos de transação						-	(13)
						<b>7.577</b>	<b>52.682</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada.

#### Garantias:

- (b) Fiança bancária.  
(c) Bens financiados.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

2015	
2017	7.577

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 05 de fevereiro de 2009, foi contratado financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, desde 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

Os juros foram pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

Não há cláusulas restritivas.

## Notas Explicativas

### 14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custo de transação incorridos	Saldos dos	Vencimento final	2015	
		do custo de transação (% a.a)		custos a apropriar		2015	2014
1. 4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1217% (b)	4.151	1.026	Setembro de 2017	848.679	967.824 (e)
1. 4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (a)	1.100	243	Outubro de 2017	160.948	142.670 (e)
2. 5ª Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	0,4115% (a)	9.147	5.206	Outubro de 2018	511.753	465.385 (e)
3. 6ª Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	0,2831% (a)	7.650	5.875	Outubro de 2019	397.373	241.183 (e)
3. 6ª Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I		-	Outubro de 2019	192.410	300.999 (e)
<b>Total geral</b>				<u>12.350</u>		<u>2.111.163</u>	<u>2.118.061</u>
						<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures						541.429	168.280
Custos de transação						(4.296)	(4.876)
						<u>537.133</u>	<u>163.404</u>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.582.084	1.966.780
Custos de transação						(8.054)	(12.123)
						<u>1.574.030</u>	<u>1.954.657</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 21.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

#### Garantias:

- (e) Não existem garantias.

#### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2015</u>
2017	518.601
2018	491.786
2019	<u>571.697</u>
	<u>1.582.084</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da espécie

## Notas Explicativas

quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série, ao valor nominal total de R\$ 965.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017.

As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures da 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA mais juros remuneratórios de 2,71% a.a. sobre o valor atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
  - Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.
- As debêntures da 2ª série não podem ser resgatadas antecipadamente.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI.

2. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 450.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2014, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios de 4,88% a.a. sobre o valor atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

## Notas Explicativas

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

3. Em 27 de outubro de 2014, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal total de R\$ 545.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Os juros estão sendo pagos semestralmente, desde 15 de abril de 2015, sendo que o principal será pago no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2019.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,428% a.a., incidentes sobre o valor nominal atualizado.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4, exceto se a AutoBAN optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Em 27 de outubro de 2014, foi contratada operação de *swap* para R\$ 250.000, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 98% do CDI.

Em 23 de março de 2015, foi contratada operação de *swap* para R\$ 130.106, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,428% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de aproximadamente 95% do CDI.

### 15. Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	17.357	12.848
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	823	190
Cauções e retenções contratuais	<u>10.896</u>	<u>15.949</u>
	<u>29.076</u>	<u>28.987</u>

### 16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

**Notas Explicativas**

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	1.880	2.618	(1.006)	(903)	536	3.125
Trabalhistas e previdenciários	4.470	1.700	(838)	(941)	404	4.795
Tributários	4.864	14.015	-	-	460	19.339
	<u>11.214</u>	<u>18.333</u>	<u>(1.844)</u>	<u>(1.844)</u>	<u>1.400</u>	<u>27.259</u>
	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2014	<u>6.826</u>	<u>5.513</u>	<u>(1.206)</u>	<u>(1.636)</u>	<u>1.717</u>	<u>11.214</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 758 e R\$ 690, respectivamente em 2015 (R\$ 1.000 e R\$ 1.321, respectivamente em 2014).

A companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativo	11.007	6.675
Trabalhistas e previdenciários	3.150	2.199
Tributárias	786	695
	<u>14.943</u>	<u>9.569</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2015 é de R\$ 68.833.

**17. Provisão de manutenção**

	2014		2015			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	21.010	(2.513)	2.252	(20.574)	39.326	39.501
Não circulante	31.559	35.183	3.350	-	(39.326)	30.766
	<u>52.569</u>	<u>32.670</u>	<u>5.602</u>	<u>(20.574)</u>	<u>-</u>	<u>70.267</u>
	2013		2014			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	1.835	21.785	565	(3.175)	-	21.010
Não circulante	15.720	13.763	2.076	-	-	31.559
	<u>17.555</u>	<u>35.548</u>	<u>2.641</u>	<u>(3.175)</u>	<u>-</u>	<u>52.569</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

## Notas Explicativas

### 18. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

#### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), e será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2016.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

#### d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de abril de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 94.000, correspondentes a R\$ 0,54 por ação e, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 65.250, correspondentes a R\$ 0,37 por ação, com pagamento em 29 de abril de 2015.

Em 28 de maio de 2015, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 98.000, correspondentes a R\$ 0,56 por ação, com pagamento em 29 de maio de 2015.

Em 27 de outubro de 2015, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos antecipados de 2015 no montante de R\$ 180.250, correspondentes a R\$ 1,03 por ação, com pagamento em 28 de outubro de 2015.

Em 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 23.345, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2015, no montante de R\$ 214.091, correspondente a R\$ 1,22 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

**Notas Explicativas**

Lucro líquido do exercício	581.650
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>145.413</u>
Dividendos intermediários pagos	180.250
Dividendo adicional proposto	<u>214.091</u>
	394.341

**e) Lucro por ação básico e diluído**

Em 29 de dezembro de 2015, foi aprovada em ata de AGE, o destaque pela Companhia de juros sob capital próprio no montante de R\$ 23.345 relativo ao lucro do exercício, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016.

**f) Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	581.650	669.376
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	3,32371	3,82501

**19. Receitas**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de pedágio	1.981.403	1.941.117
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	95.340	215.239
Receitas acessórias	23.925	28.363
<b>Receita bruta</b>	<u>2.100.668</u>	<u>2.184.719</u>
Impostos sobre receitas	(153.335)	(150.624)
Abatimentos	(2)	(6.739)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<u>(153.337)</u>	<u>(157.363)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>1.947.331</u>	<u>2.027.356</u>

**Notas Explicativas****20. Resultado financeiro**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(204.106)	(154.810)
Juros sobre mútuos	(36.267)	(5.917)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(128.395)	(46.991)
Perda com operações de derivativos	(103.874)	(74.030)
Juros sobre impostos parcelados	-	(23.054)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(5.602)	(2.641)
Capitalização de custos dos empréstimos	10.597	28.510
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(56.418)	(40.095)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(5.239)	(6.313)
	<u>(529.304)</u>	<u>(325.341)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Ganho com operações de derivativos	119.084	75.481
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	77.786	46.406
Rendimento sobre aplicações financeiras	21.898	7.597
Juros e outras receitas financeiras	2.097	2.990
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	-	1.214
	<u>220.865</u>	<u>133.688</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>(308.439)</u>	<u>(191.653)</u>

**21. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	81.501	-	-	121.507	-	-
Contas a receber	-	7.932	-	-	6.811	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	120.575	-	-	118.150	-
Contas a receber - operações com derivativos	111.532	-	-	66.467	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(53.055)	-	-	(98.095)
Debêntures (a)	(1.070.074)	-	(1.041.089)	(849.238)	-	(1.268.823)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(46.571)	-	-	(45.946)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(10.763)	-	-	(9.606)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.824)	-	-	(275.134)
Contas a pagar - operações com derivativos	(77.239)	-	-	(51.404)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.575)	-	-	2.519
	<u>(954.280)</u>	<u>128.507</u>	<u>(1.429.877)</u>	<u>(712.668)</u>	<u>124.961</u>	<u>(1.695.085)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	1.042.115	1.042.517	1.271.044	1.280.689

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia do valor justo", abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

**Notas Explicativas**

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	81.501	121.507
Debêntures	(1.070.074)	(849.238)
Derivativos	34.293	15.063

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

## Notas Explicativas

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor Justo		Valores Brutos Líquidos		Efeito Acumulado		Resultado			
				Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Efeito acumulado ganho/(Perda)	
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
Posição ativa															
Posição passiva	Merryl Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a. 71,80% do CDI	-	161.409	-	(3.859)	-	17.664	-	(11.444)	-	2.361	
					-	(155.189)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição ativa	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,88% a.a. 88,75% do CDI	514.070	516.959	-	(12.397)	-	47.943	-	(37.115)	-	(1.569)	
Posição passiva					-	(506.131)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a. 98,90% do CDI	100.000	107.533	99.432	(6.246)	-	12.965	3.732	(7.718)	(5.762)	1.031	
Posição passiva					-	(102.286)	(101.462)	-	-	-	-	-	-	-	
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a. 97,65% do CDI	100.000	107.533	99.432	(6.092)	-	13.396	4.167	(7.542)	(5.621)	1.216	
Posição passiva					-	(101.679)	(100.886)	-	-	-	-	-	-	(1.454)	
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 97,85% do CDI	50.000	53.766	49.716	(3.058)	-	6.663	2.049	(3.785)	(2.822)	593	
Posição passiva					-	(50.888)	(50.489)	-	-	-	-	-	-	-	
Posição ativa	Votorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% 94,86% do CDI	130.106	133.796	-	(4.887)	-	12.901	-	(9.635)	-	(1.621)	
Posição passiva					-	(130.530)	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015</b>					1.057.298	34.293	(4.257)	(36.539)	-	111.532	9.948	(77.239)	(14.205)	2.011	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS NO EXERCÍCIO DE 2015 E 2014</b>					-	-	19.320	32.519	(30.328)	-	-	-	(37.199)	13.199	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					34.293	15.063	-	(4.020)	(30.328)	111.532	66.467	(77.239)	(51.404)	15.210	

## Notas Explicativas

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Riscos de juros	<u>15.210</u>	<u>1.451</u>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em entendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IPCA	Outubro de 2017	171.734	(23.407)	(28.105)	(32.803)
Debêntures	Aumento do IPCA	Outubro de 2018	543.608	(86.644)	(101.762)	(116.878)
Debêntures	Aumento do IPCA	Outubro de 2019	616.842	(101.894)	(119.119)	(136.343)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPCA	Outubro de 2017	(166.413)	23.138	27.769	32.399
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPCA	Outubro de 2018	(543.608)	86.644	101.762	116.878
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPCA	Outubro de 2019	(282.955)	46.741	54.642	62.543
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPCA	Outubro de 2019	(141.477)	23.263	27.195	31.127
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	171.747	(16.509)	(20.544)	(24.544)
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	543.608	(65.350)	(81.537)	(97.668)
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	267.315	(35.477)	(44.331)	(53.179)
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	133.585	(17.781)	(22.206)	(26.625)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	849.705	(131.197)	(164.220)	(197.329)
BNDDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	52.975	(4.915)	(5.860)	(6.804)
<b>Total do efeito de ganho ou (perda)</b>				<b>(303.388)</b>	<b>(376.316)</b>	<b>(449.226)</b>

As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:

CDI <sup>(2)</sup>	14,14%	17,68%	21,21%
IPCA <sup>(3)</sup>	10,67%	13,34%	16,01%
TJLP <sup>(4)</sup>	7,00%	8,75%	10,50%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

## Notas Explicativas

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (4) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

### 22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

#### a. Compromissos com o Poder Concedente

##### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até abril 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2015	2014	2015	2014
Outorga fixa	712.530	977.717	672.100	900.520

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor Presente
2016	305.370	297.435
2017	305.370	283.271
2018	101.790	91.394
	<u>712.530</u>	<u>672.100</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga no início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 299.343, sendo R\$ 260.646 em caixa e R\$ 38.697 por meio de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R\$ 282.658 no exercício de 2014, sendo R\$ 246.899 em caixa e R\$ 35.579 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

## Notas Explicativas

### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 29.959 referente ao direito de outorga variável (R\$ 29.392 no exercício de 2014).

#### *b. Compromissos relativos à concessão*

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Compromisso de investimento	<u>117.180</u>	<u>156.821</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### 23. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	(6.825)	45.011
Fornecedores - partes relacionadas	6.386	(13.549)
Impostos parcelados	-	269.217
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>(439)</u>	<u>300.679</u>
Adições ao ativo intangível	439	(31.462)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u>439</u>	<u>(31.462)</u>
Mútuos - partes relacionadas	-	(269.217)
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<u>-</u>	<u>(269.217)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## Notas Explicativas

### Composição do Conselho de Administração

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

### Composição da Diretoria

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

### Contador

Hélio Aurélio da Sivla  
CRC 1SP129452/O-3

**Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.**  
 Av. Prof. Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200  
 Bairro do Retiro – 13209 500 – Jundiaí – SP  
 tel / fax: 55 (11) 4589 4000  
 www.grupoccr.com.br/autoban



**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-  
BANDEIRANTES S.A.**

**CNPJ nº 02.451.848/0001-62**

**NIRE 35.300.154.461**

**COMPANHIA ABERTA**

**ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para os exercícios sociais de 2016 e 2017, no valor de R\$ 278.575.000,00 (duzentos e setenta e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 278.575.000,00

**Aplicações**

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2016 e 2017	R\$ 278.575.000,00
--	--------------------

**Origens/Fontes de Financiamento**

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2015	R\$ 197.399.572,03
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 81.175.427,97
--	-------------------

Jundiaí, 22 de fevereiro de 2016.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Renato Alves Vale**

**Presidente**

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt

Contador

CRC nº1 SP 276957/O-4

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 22 de fevereiro de 2016 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Jundiaí/SP, 22 de fevereiro de 2016.

SR. MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

SR. ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional